Direitos humanos ao território tradicional quilombola na Amazônia

- Derechos humanos en el territorio tradicional de quilombola en la Amazonía
- Human Rights to the traditional quilombola territory in the Amazon

Stephanie Vieira Brito ¹

Girolamo Domenico Treccani ²

Resumo: A nova linguagem dos Direitos Humanos no século XXI está a gerar tensões e contrastes entre igualdades e diferenças. Não há mais somente o sujeito “individual”, há as coletividades inseridas e diferenciadas pelos mais diversos contextos sociais, culturais, políticos e jurídicos reconhecidas como os novos sujeitos dos Direitos Humanos. Este artigo tem por objetivo analisar em que medida a Lei 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e os direitos territoriais de remanescentes de quilombos englobam o reconhecimento das diferenças. A metodologia de análise é qualitativa através da abordagem dedutiva, com procedimento de levantamento bibliográfico. O reconhecimento das diferenças e o direito às diferenças se encontram espalhados no leque jurídico voltados aos remanescentes das comunidades de quilombos. No entanto, hoje, os territórios de quilombos incidem em diferentes situações no campo jurídico, entre elas a sobreposição com territórios de Unidades de Conservação. Este é um contexto emblemático do reconhecimento dos direitos territoriais e do direito ao meio ambiente ecológico.

1 Mestranda em Direito Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFPA). phani.brito@hotmail.com.

2 Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA-UFPA - 2006). Atualmente é professor da Faculdade de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito ICJ/UFPA. Integra a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia. E-mail: jeronimotreccani@gmail.com

gicamente equilibrado, ambos situados na linguagem dos Direitos Humanos multicultural de resistência.

Palavras-chave: Direitos humanos emancipatórios. Unidades de Conservação. Remanescentes de quilombos.

Resumen: El nuevo lenguaje de los Derechos Humanos en el siglo XXI está generando tensiones y contrastes entre la igualdad y la diferencia. Ya no existe solo el sujeto "individual", son los colectivos insertados y diferenciados por los más diversos contextos sociales, culturales, políticos y legales reconocidos como el nuevos sujetos de derechos humanos..Este artículo tiene como objetivo analizar en qué medida la Ley 9.985/00, que estableció el Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SNUC), y los derechos territoriales de los quilombolas abarcan el reconocimiento de las diferencias. La metodología de análisis es cualitativa a través del enfoque deductivo, con procedimiento de encuesta bibliográfica. El reconocimiento de las diferencias y el derecho a las diferencias se extienden a través del alcance legal de las comunidades quilombo. Sin embargo, hoy, los territorios de los quilombos afectan diferentes situaciones en el campo legal, incluida la superposición con los territorios de las áreas protegidas. Este es un contexto emblemático del reconocimiento de los derechos territoriales y el derecho al medio ambiente ambientalmente racional, ambos ubicados en el lenguaje de la resistencia a los Derechos Humanos multiculturales.

Palabras clave: Derechos humanos emancipatorios. Unidades de Conservación. Remanescentes de quilombos.

Abstract: The new language of Human Rights in the 21st century is generating tensions and contrasts between equality and difference. There is no longer just the "individual" subject, there are collectivities inserted and differentiated by the most diverse social, cultural, political and legal contexts recognized as new Human Rights subjects. This article aims to analyze the extent to which Brazilian law 9.985/00, which established the National System of Conservation Units (NSCU), and the territorial rights of quilombola remnants encompass the recognition of differences. The methodology of analysis is qualitative through the deductive approach, with bibliographic survey procedure. Recognition of differences and the right to differences are spread across the legal scope for the remnants of quilombo communities. However, today, the territories of quilom-

bos affect different situations in the legal field, including the overlap with territories of protected areas. This is an emblematic context of the recognition of territorial rights and the right to the environmentally sound environment, both situated in the language of resistance multicultural Human Rights.

Keywords: Human rights emancipatory. Conservation units. Remnants of quilombos.

Introdução

Na contemporaneidade, torna-se primordial destacar as novas formas emancipatórias, pluralistas e contra-hegemônicas no trato dos direitos humanos. Essas novas formas dizem respeito a um deslocamento no núcleo de alguns processos de significações jurídicas, mudanças influenciadas por “Maio de 68” e que proporcionou o surgimento e a expansão do reconhecimento das diferenças, relacionando-os com o direito à diferença, conforme Bittar (2009). Em 60 anos, os direitos humanos ganharam nova roupagem com dupla dimensão: a) dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; e b) de englobar as coletividades como sujeitos de direitos, ao invés de considerar apenas o indivíduo, de acordo com Adriana Vianna (2012).

O reconhecimento das diferenças engloba assumir a diversidade social e cultural, bem como a existência das diferenças intrínsecas aos grupos sociais, diferenças as quais não podem e não devem ser anuladas e efetivamente tais grupos não querem que sejam. Os grupos ou as coletividades querem sair do campo da invisibilidade social, política, cultural e inclusive jurídica, locais que foram empurrados em nome do bastião da igualdade entre todos os seres humanos, a igualdade universalizada principalmente na parte ocidental do globo terrestre, o modelo eurocêntrico.

Os novos direitos humanos têm caminhado no sentido de compreender a versão multiculturalista de resistência ou emancipatória, o qual repele os essencialismos universalistas e particularistas, porém engrandece as concepções que impulsionam o florescimento das potencialidades humanas, e que favoreça a convivência interpessoal e intercultural, conforme Flores (2009).

Nesse sentido, o socioambientalismo, surgido na década de 1980 no Brasil, e a discussões nacionais e internacionais sobre meio ambiente influenciaram o surgimento de movimentos políticos e sociais no interior da Amazônia, os quais foram capazes de interferir na confecção de legislações Constitucionais e infraconstitucionais capazes de reconhecer a diversidade sociocultural e socioambiental do Brasil. A Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88) reconheceu tanto o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibra-

do (art. 225), instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, com a Lei n.º 9.985/00, quanto os direitos de povos e comunidades tradicionais (art. 68 do ADCT). Para estes últimos, destacamos os direitos sobre seus territórios tradicionais ou específicos, como no caso das comunidades remanescentes de quilombos e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Desta maneira é necessário adotar, em cada caso concreto, uma ponderação de interesses constitucionais para verificar qual deles irá prevalecer (FIGUEREDO, 2006).

É possível verificar um perfil multicultural da Carta Magna de 1988, ao reconhecer direitos diferenciados de grupos sociais que historicamente foram alijados socialmente. Conforme Bittar (2009), a CF de 1988 foi bastante influenciada pelas mudanças e rupturas provocadas por Maio de 68. Marés (2003) considera que houve um reconhecimento da diversidade social, cultural e natural, numa linha socioambiental da Constituição Federal de 1988. Duprat (2007) depois de declarar que, a partir de 1988, o Brasil é um Estado pluriétnico e multicultural e que cabe ao Estado garantir aos grupos portadores de identidades específicas, seu “locus étnico e cultural”, defende que além de direitos coletivos, é necessário reconhecer seus espaços de pertencimentos como: “territórios, com configuração em tudo distinta da propriedade privada” (p. 14).

Este artigo tem por objetivo analisar em que medida a Lei 9.985/00 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e os direitos territoriais de remanescentes de quilombos englobam as atuais discussões sobre o reconhecimento das diferenças.

1 Os direitos humanos e os direitos às diferenças

Na atualidade, o reconhecimento³ das diferenças tem ganhado espaço no debate nacional e internacional dos direitos humanos, relacionando-o com o direito à diferença. Sendo, neste sentido, incipiente as noções de que a igualdade, universal⁴, têm apagado as luzes de possibilidades do reconhecimento das singularidades ou especificidades de cada sujeito, principalmente de sujeitos que historicamente foram e continuam a ser alijados socialmente, como as mulheres, negros, deficientes, sem-terras etc., conforme Bittar (2009). O reconhecimento da existência da heterogeneidade cultural e social compõe o direito à diferença, o qual requer não só a compreensão das diferenças

3 A categoria “reconhecimento” foi trabalhada por Axel Honneth em sua obra “Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, em que, em linhas gerais, a origem dos conflitos sociais seriam fruto do não reconhecimento intersubjetivo e social dos sujeitos, nos planos das relações com o outro, institucionais e em comunidade (HONNETH, 2003).

4 Diz-se universal aquilo que é válido independentemente dos contextos; idealmente válido em todos os tempos e lugares. É representativo pela sua extensividade (SANTOS, 2013, p. 57).

como estando intrinsecamente ligadas aos grupos sociais, bem como necessita considerá-las importante na formação de especificidades individuais e coletivas desses grupos. Esses grupos não almejam anular suas diversidades para participarem, de forma legítima, das unidades sociais mais abrangentes. Ainda, tal direito, deve ser concebido como fundamento para a não discriminação dos indivíduos e das coletividades, de acordo com Adriana Vianna (2012).

Para Bittar (2009), o direito à diferença recebeu grandes influências de um evento histórico ocorrido em 1968, ou mais conhecido como “Maio de 68”⁵. Este evento foi capaz de remodelar as discussões no âmbito jurídico, e assinalar que a simples noção de igualdade de todos perante a lei não subjaz o reconhecimento pleno na vida social. Significa, então, que o direito à diferença funda-se na noção de que todos são diferentes entre si e na complexidade da diversidade humana, englobando a ideia de alteridade, como convite a “outrar-se”, único caminho para o trânsito intersubjetivo (BITTAR, 2009).

Aos sujeitos há o direito à igualdade quando as diferenças lhes fazem inferiores, bem como, reciprocamente, há o direito de reivindicarem as diferenças quando a igualdade corrobora para a descaracterização dessas distinções e especificidades de cada indivíduo ou coletividades, conforme Santos & Nunes (2003). É necessário sublinhar que, a igualdade é um princípio de retórica universalista eurocêntrico, alicerçado num sistema fundacional⁶ e transformado no universal, sendo um determinado localismo que foi globalizado, segundo Santos (2013).

Os postulados dos debates sobre o direito à diferença advêm de um contexto mais amplo de crítica ao projeto da modernidade ocidental, principalmente de suas versões dominantes (SANTOS, 2013). O pensamento dominante da modernidade ocidental foi solidificado a partir do pensamento abissal, o qual dividiu, de maneira abissal, o mundo entre as sociedades metropolitanas e sociedades coloniais. Do lado de lá da linha abissal⁷ (nas metrópoles) vigorou o discurso de emancipação, a emergência dos direitos humanos e os debates sobre igualdade, fraternidade e liberdade. Do outro

5 Assim, Maio de 68 pode ser tomado como o momento histórico de quebra de padrões comportamentais, de luta contra a autoridade [...] de ampliação da demanda por radicalização da liberdade política, [...] de luta por redemocratização, e pelo reconhecimento da diferença, de ampliação da luta libertária pela sociedade civil organizada [...] (BITTAR, 2009, p. 552).

6 O fundacional, pelo contrário, é algo que tem uma importância transcendente por ser único. É aquilo que é representativo pela intensidade. Representa uma identidade específica que tem memória, história e raízes. O seu caráter único e específico pode ser uma força tão poderosa quanto a universalidade e generalidade do universal (SANTOS, 2013, p. 57).

7 Tenho vindo a defender que esta linha abissal, que produz exclusões radicais, longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas (neocolonialismo, racismo, xenofobia, permanente estado de exceção na relação com terroristas, trabalhadores imigrantes indocumentados, candidatos a asilo, ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade ditadas pelo capital financeiro), (SANTOS, 2013, p. 44).

lado da linha (nas colônias) formaram-se experiências invisíveis, violências e dominação, sociedades impossibilitadas de se utilizarem da retórica universalista produzida nas metrópoles (SANTOS, 2013).

Segundo Santos (2013), o projeto da modernidade ocidental também produziu uma linguagem universalista do direito e dos direitos humanos, assumindo um discurso hegemônico sobre dignidade humana. Tal linguagem hegemônica excluiu grande parte da população mundial, transformando-as em objetos de discursos de direitos humanos e não em sujeitos desses direitos. Se o discurso universal dos direitos humanos deslegitima sujeitos que deveriam ser os beneficiários deles, cabe o seguinte questionamento proposto por Santos (2013, p. 42): “Poderão os direitos humanos ser usados de modo contra-hegemônica?”.

Santos (2013) compreende ser possível a construção contra-hegemônica dos Direitos Humanos a partir dos seguintes passos, não necessariamente nesta ordem: a) a luta contra o autoritarismo latente no interior de alguns regimes democráticos; b) representatividades políticas de grupos considerados minorias sociais; c) contra a inércia do pensamento crítico; d) o trabalho político dos movimentos sociais, que lutam por uma sociedade justa e digna; e e) o trabalho teórico para apontar alternativas e solapar os consensos (SANTOS, 2013).

Segundo Flores (2009), para se erguer os direitos humanos contra-hegemônicos ou de resistência é imprescindível a noção do multiculturalismo crítico ou de resistência, o qual repele os essencialismos universalistas e particularistas, porém engrandece as concepções que impulsionam o florescimento das potencialidades humanas, e que favoreça a convivência interpessoal e intercultural. O autor ainda acrescenta que a interculturalidade nos guia por caminhos de resistência ativa. Essa perspectiva de interculturalidade tece linhas sobre direitos humanos emancipatórios, desafiando para novas perspectivas e uma visão complexa da realidade (FLORES, 2009). Segundo Santos & Maria Meneses (2010, p. 9): “[...] A interculturalidade pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para o enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural”.

Os Direitos Humanos devem ser abordados a partir de uma racionalidade complexa e de resistência em conjunto com as práticas interculturais, fluídas e híbridas. Deve superar a dicotomia universal e/ou particularista. Os direitos humanos são produtos de diversidades de culturas, com características discursivas, expressivas e normativas, é capaz de realocar a reprodução e manutenção da vida através da expansão das lutas e reivindicações, segundo Flores (2009).

Nesse sentido, o reconhecimento da diferença é uma categoria, que além de jogar tensões sobre o debate dos direitos humanos, é capaz de ensejar uma prática contra-hegemônica dos direitos humanos, que não seja produtora

de exclusões e que nos convida a um pluralismo de ordem intercultural, capaz de superar a dicotomia entre o universal e o fundacional (SANTOS, 2013).

2 Socioambientalismo, Constituição Federal de 1988: horizontes pluralistas

Registros históricos apontam que as críticas ambientais surgiram no Brasil durante os séculos dezoito e dezenove, com censuras ao modelo de exploração colonial e a exploração ambiental. Os estudos mais recentes sobre o modelo de exploração coloniais e seus impactos ambientais demonstram que tais críticas iniciaram nos países colonizados, com destaque para Caribe, Índia, África do Sul e América Latina, conforme Pádua (2002 *apud* SANTILLI, 2005).

Foi durante o início do século vinte, que o Brasil impulsionou algumas experiências de proteção de áreas naturais, com a promulgação de legislações, a criação dos parques nacionais e com o surgimento de organizações ambientalistas. As implantações de parques nacionais advieram de modelos exógenos, como os concebidos nos Estados Unidos. E foi na segunda metade do século XX, que os debates sobre o meio ambiente e os impactos dos modelos de desenvolvimento econômico ganharam destaque internacional e influenciou internamente os países, de acordo com Juliana Santilli (2005).

Importantes eventos ocorreram no âmbito internacional como: a Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas em Estocolmo (1972), o lançamento do Relatório de Bruntland (1987), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92 ou Rio 92 –, (1992). O meio ambiente saudável⁸ passou a ser um componente para o gozo e exercício dos direitos humanos e o cerne do desenvolvimento com equidade, justiça social e ambiental, estando presentes a necessidade de um desenvolvimento sustentável⁹ (CAMPOS & MUCHAGATA, 2017).

Em paralelo a estes processos, no Brasil, década de 1980, emergiu o socioambientalismo. Foi um movimento político e social, com fins de influenciar na criação de leis e políticas públicas capazes de englobar e considerar os conhecimentos e as formas de vidas das populações da floresta e comunidades locais, como caminho viável para coibir o rápido avanço predatório dos recursos naturais. Além disso, criaram as bases de um novo paradigma

8 O direito ao meio ambiente saudável está previsto no artigo 11 do protocolo de São Salvador: “Toda pessoa tem o direito a viver em um meio ambiente saudável e ter acesso a serviços públicos básicos. Os Estados-Partes promoverão a proteção, a preservação e melhoramento do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

9 Essa noção possui raízes históricas nos movimentos ambientalistas que buscavam uma proposta alternativa de desenvolvimento ante os riscos da degradação do meio ambiente, ganhando força na medida em que se incorporavam à discussão as preocupações de cunho social (LOPES DE SOUZA, 1994, p. 4).

de desenvolvimento, o qual combina a sustentabilidade social e dos recursos naturais, segundo Juliana Santilli (2005).

Os debates socioambientais colaboraram para que na Amazônia brasileira surgisse a Aliança dos Povos da Floresta, uma articulação entre povos indígenas, quilombolas, seringueiros em conjunto com o apoio nacional e internacional, segundo Juliana Santilli (2005). O movimento expressivo desse período foi o movimento dos seringueiros no Acre, o qual “rompeu com o paradigma que separa homem e natureza ao afirmar que na floresta tem gente” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 30), e ao propor instrumentos inéditos para a reforma agrária, sendo eles as Reservas Extrativistas (Resex) e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs).

Importante destacar que outro grande marco sobre as questões socioambientais no Brasil, foi o advento da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88). Desde a segunda metade da década de 1980 a América-Latina passou por grandes reformas constitucionais, as quais foram capazes de ampliar e assegurar os direitos básicos ao conjunto de grupos e parcela da população como, por exemplo, dos atualmente reconhecidos por povos e comunidades tradicionais, bem como passou a dispor sobre o meio ambiente ecologicamente equilibrado¹⁰. Essas mudanças foram capazes de recepcionar os tratados internacionais de direitos humanos firmados em 1989, como a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais n.º 169¹¹ da Organização Internacional do Trabalho – OIT (GARGARELLA, 2014).

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado um direito à vida, também acatado como direitos humanos de terceira geração, previstos em documentos nacionais e internacionais como a Declaração do Rio de Janeiro de 1992 e no protocolo de São Salvador, segundo Juliana Santilli (2005). Para Perez Luño, os direitos humanos são um “conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, materializam as exigências da dignidade, liberdade e igualdade humana, as quais devem ser reconhecidas e positivadas pelos ordenamentos jurídicos a nível nacional e internacional.”

Na relação de direitos humanos com o direito ao meio ambiente saudável, é possível citar a recente Opinião Consultiva n. 23/2017 (OC) sobre Meio Ambiente e Direitos Humanos, da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A OC foi solicitada pelo Estado da Colômbia em 14 de março de 2016, com objetivo de obter da Corte a forma a qual se deve interpretar o pacto de São

10 Artigo 225, CF/88: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

11 O Congresso Nacional brasileiro ratificou a Convenção em junho de 2002 com o Decreto Legislativo n.º 143, e o Decreto 5051 de 2004 o promulgou (BRASIL, 2002, 2004).

José da Costa Rica, na existência de construção de grandes obras de infraestrutura, que desencadeie grave dano o meio ambiente marinho na região do grande Caribe, e as consequências no pleno gozo e exercício dos direitos dos habitantes das costas e ilhas do Estado.

Para a Corte, os direitos humanos ao meio ambiente saudável abarcam as dimensões individuais e coletivas. A dimensão coletiva refere-se ao interesse universal das presentes e futuras gerações. A dimensão individual trata das repercussões diretas ou indiretas sobre as pessoas, devido sua conexão com outros direitos, como o direito à saúde, à integridade pessoal etc. Também discorre sobre as cinco obrigações que os Estados devem cumprir, sendo elas: o meio ambiente saudável a todas as pessoas, a garantia de serviços básicos, a promoção da proteção do meio ambiente, a preservação do meio ambiente e o melhoramento do meio ambiente. Estas obrigações são guiadas por critérios de disponibilidade, acessibilidade, sustentabilidade e adaptabilidade (OEA, 2017).

Quanto ao conceito de meio ambiente ecologicamente equilibrado na Constituição Federal de 1988, há um perfil pluralista de reconhecimento da biodiversidade e das diversidades culturais existentes no Brasil. Nesse sentido, a Carta Magna é grande divisor de águas no reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, como os indígenas e os remanescentes de quilombos, previsto nos artigos 231, § 1^a, ao reconhecer o direito originário sobre as terras tradicionalmente ocupadas, configurando a posse permanente, aos primeiros, bem como prevê, aos últimos, o direito a propriedade definitiva sobre as terras que ocupam, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF88).

Algumas normas infraconstitucionais também foram criadas para definir legalmente o que seriam povos e comunidades tradicionais, como estabelece o Decreto 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹². O Decreto caracteriza por povos e comunidades tradicionais os grupos diferenciados culturalmente e que se reconhecem como tais, os possuidores de organização social própria, os que utilizam e ocupam o território e os recursos naturais como condição para sua reprodução social, econômica, religiosa, ancestral e cultural, valendo-se de conhecimentos gerados e transmitidos pela tradição.

Segundo Almeida (2008), houve um deslocamento do termo “populações tradicionais” para “povos tradicionais”, reproduzindo, em âmbito interno,

12 A nova lei de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, Lei n. 13.123/2015, em seu artigo 2.º, IV, também caracteriza comunidades tradicionais como: “grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição” (BRASIL, 2015).

as discussões produzidas na Organização Internacional do Trabalho em 1988-1989, o termo “tradicional” deixou de ter ligação com o passado e passou a estar vinculado às “demandas do presente” e o termo “comunidade” é revestido de “dinâmica de mobilização” e é sempre acionada em seu sentido político.

O mencionado Decreto trata, ainda, do significado de “territórios tradicionais”, que seriam os espaços necessários, utilizados de forma permanente ou temporária, para a reprodução econômica, cultural e social. O direito às terras tradicionalmente ocupadas¹³ tem ganhado complexidade ao denotar a capacidade de mobilização social de povos e comunidades tradicionais intercruzando o fator da etnia e da diversidade cultural como o cerne de busca pela efetivação desses direitos, conferindo-lhes existência coletiva. Segundo Almeida (2004) as identidades coletivas configuram o preceito jurídico para a legitimação das territorialidades específicas¹⁴ e etnicamente constituídas.

O reconhecimento da diversidade cultural¹⁵ na Carta Magna de 1988 previsto nos dispositivos 215 e 216 também compõe o leque de proteção aos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Assegura aos remanescentes de quilombos o dever do Estado em proteger as manifestações culturais afro-brasileiras, reconhecendo-os como parte do patrimônio cultural brasileiro. Segundo Treccani (2005, p. 112-113), tais dispositivos “permitem afirmar que não estamos diante de uma mera regularização fundiária, mas do reconhecimento de uma nova modalidade de direito que respeita a formação pluriétnica de nossa civilização”.

Contemporaneamente, apresenta-se como uma realidade jurídica incontestável o reconhecimento da existência de territórios pertencentes a grupos etnicamente diferenciados. Com a Constituição Federal do Brasil de 1988 os povos e comunidades tradicionais ganharam status de sujeitos de direito, a proteção a esses povos em conjunto com seus modos de criar, fazer e viver foram assegurados, ao menos no plano jurídico-político. O Estado brasileiro passou, então, a ter característica pluriétnica e multicultural¹⁶ à medida que passou a reconhecer a existência da diversidade cultural, tirando do campo da negação os direitos das comunidades remanescentes de quilombos.

O Brasil passa a reconhecer-se plural e multifacetado em decorrência

13 No trato das terras indígenas previsto no artigo 231, § 1.º CF/88, Duprat (2012) salienta que a CRFB/88 não faz uso do termo “território”, faz uso da expressão: “terras tradicionalmente ocupadas”.

14 As territorialidades específicas correspondem “Às identidades peculiares (seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas)” (ALMEIDA, 2008, p. 25).

15 [...] A partir da década de 1980 [...] A cultura tornou-se, assim, um conceito estratégico central para a definição de identidades e alteridades no mundo contemporâneo, um recurso para a afirmação da diferença e da exigência do seu reconhecimento (SPIVAK, 1999, *apud* SANTOS & NUNES, 2003, p. 28).

16 As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da existência ou construção de uma vida em comum além das diferenças de vários tipos (SANTOS & NUNES, 2003, p. 33).

da diversidade étnica e cultural, espalhando esse pluralismo para todos os âmbitos da vida em sociedade. O pluralismo jurídico significa “[...] multiplicidade de práticas jurídicas existentes num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais” (WOLKMER, 2001, p. 219). Para Máres (2003), este é um fenômeno das novas constituições na América Latina e que ele designa por novos direitos. Os novos direitos possuem atributos pluriculturais, multiétnicos e que preservam a biodiversidade. Acrescenta ainda que: “Ao lado do individualismo homogeneizador, reconheceu-se um pluralismo repleto de diversidade social, cultural e natural, numa perspectiva que se pode chamar de socioambiental” (MARÉS, 2003, p. 93).

Santilli (2005, p. 52) compreende que “a orientação multicultural da Constituição brasileira se revela pelo reconhecimento de direitos coletivos a povos indígenas e quilombolas, como povos cultural e etnicamente diferenciados” e acrescenta que houve uma ruptura com o paradigma homogêneo, e o surgimento do reconhecendo das diferenças na Carta Cidadã de 1988. Conforme o entendimento de O’Dwyer (2011), a Constituição de 1988 possibilitou uma administração das diferenças e não a sua eliminação, alterando a uniformidade jurídica e evidenciando as especificidades e categorias sociais e culturais definidas pela legislação.

Verifica-se que o socioambientalismo influenciou a ampliação das possibilidades de compreender o Brasil enquanto plural, espalhando na CF de 88 concepções multiculturais em suas versões emancipatórias, abrindo caminhos para o reconhecimento das diferenças e do direito à diferença, reconhecendo os direitos dos povos e comunidades tradicionais, inclusive dos remanescentes de quilombos. É esse o reino onde se localizam as discussões concernentes ao direito ao território dos povos e comunidades tradicionais, logo também é o marco das discussões quanto aos títulos definitivos das comunidades remanescentes de quilombo.

3 O socioambientalismo, unidades de conservação e territórios quilombolas

Diante do perfil multicultural da Carta Magna de 1988, ao reconhecer o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o reconhecimento da diversidade sociocultural do país, e o direito aos territórios dos povos e comunidades tradicionais, entre outros direitos de caráter pluralista, é necessário tratar especificamente dos territórios/terras dos remanescentes de quilombos e suas diversas situações jurídicas, como os territórios quilombolas no interior de Unidades de Conservação.

A previsão do direito ao título de propriedade definitiva dos remanescentes de quilombo está alicerçado no artigo 68 ADCT, “Aos remanescentes

das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Como assevera Treccani (2006), o fato do artigo se localizar no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias não significa ser uma norma de menor relevância em relação aos demais dispositivos constitucionais, possuindo linhagem do mesmo Poder Constituinte originário.

O artigo 68 do ADCT está vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana, cujos objetivos são os de promoção da igualdade substantiva e da justiça social. Referido dispositivo assegura os direitos territoriais a grupos sociais desfavorecidos, com fins de reparação de dívida histórica em relação aos descendentes de pessoas escravizadas e fortalecimento dos grupos dotados de cultura e de identidade étnica própria (SOLAZZI & WOLKMER, 2016).

O termo "quilombo" vem, ao longo do tempo, passando por várias ressignificações, tratando-se tanto do conteúdo histórico, quanto, além de um "conceito" do presente, para designar práticas de criar, fazer e viveres atuais desses grupos étnicos, conferindo-lhes território próprio. Contemporaneamente, não se refere apenas a resquícios do passado (O'DWYER, 2010). A identidade e a territorialidade desses grupos estão intrinsecamente ligadas ao coletivo, ao uso comum dos espaços, da terra e dos recursos naturais, sendo as experiências compartilhadas e a continuidade enquanto grupo o fator gerador das identidades coletivas.

O Decreto n.º 4.887/2003 regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescente das comunidades dos quilombos, tratado no artigo 68 ADCT, utilizando critérios da identidade e territorialidade. No artigo 2.º, *caput*, parágrafos 1.º e 2.º do Decreto, se verifica que são remanescentes das comunidades quilombo os grupos definidos a partir de critérios étnico-raciais e auto-atribuíveis, com trajetória histórica própria, relações com território peculiar, com presumida ancestralidade negra relacionada com o histórico de opressão.

A própria comunidade deverá se autodefinir como remanescente de quilombo, além disso, serão consideradas suas terras as utilizadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural. O critério de consciência de sua identidade ou a autodefinição também se encontra disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e faz parte do *Corpus Iuris* das comunidades remanescentes de quilombos, conforme a seguir: "Art. 1: A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção" (OIT, 2011).

Almeida (2008) compreende os grupos pertencentes às comunidades remanescentes de quilombos como formados a partir das unidades de mo-

bilização¹⁷, as quais impulsionam a criação de territórios ou territorialidades específicas, articulando uma reivindicação étnica e a defesa dos modos ancestrais ou tradicionais de vida, inclusive com a prática de uso comum da terra e dos recursos naturais, são os territórios etnicamente configurados, advindos de diferentes processos sociais de territorialização.

A territorialidade específica envolve o fator identitário e outros fatores inerentes como os de agrupamento a partir de uma mesma expressão coletiva, o pertencimento a um povo, além disso, impele o encaminhamento de demandas, que se fundamentam no reconhecimento de suas formas intrínsecas de acessar a terra frente ao Estado, segundo Almeida (2008). Quanto à identidade desses grupos, ela é concebida muito menos pela quantidade de membros e muito mais pela experiência vivida, compartilhamento da trajetória comum e continuidade grupal, em relação à territorialidade, a ocupação da terra é realizada a partir do uso comum e não em lotes individuais, conforme O' Dwyer (2016).

Conforme Treccani (2006) há terras de remanescentes de quilombos em três diferentes situações, vejamos: a) incidentes em terras públicas federais, estaduais e municipais que são devolutas, arrecadadas e matriculadas, porém ainda não destinadas; b) incidentes em terras públicas federais afetadas; c) incidentes em terras particulares legalmente constituídas em propriedade privada. Quanto às incidentes em terras públicas federais afetadas é possível abordar sobre os territórios de remanescentes de quilombos no interior das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil.

A atual lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, tem por finalidade regulamentar as áreas de proteção naturais, estabelecendo critérios para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). Ainda, apresenta duas modalidades de UCs, segundo Treccani (2006): a) as unidades de proteção integral e que proíbem a ocupação humana; b) as unidades de uso sustentável, permitindo presença humana. Para Santilli (2005), no Brasil o conceito de Unidades de Conservação passou a vigor nas normas infraconstitucionais e a englobar a definição internacional de áreas protegidas presentes na Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e acolhida pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, inclu-

17 [...] estas unidades mobilizam-se pela manutenção das condições de vida preexistentes a um contexto de conflito (ALMEIDA, 2011).

do as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais; XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000)

A ótica internacional sobre áreas protegidas envolve a proteção e a manutenção tanto da diversidade biológica, quanto da diversidade sociocultural associada, e, embora a Lei do SNUC não empregue a categoria de diversidade sociocultural, o conceito pode ser utilizado para definir as UC brasileiras, pois a CDB foi recepcionada pelo país (SANTILLI, 2005). Essa perspectiva mais otimista da visão internacional sobre a lei regulamentadora das Unidades de Conservação não foi comungada por Diegues (2001). Para ele as UCs implementadas não contaram com a participação das regiões de destino das unidades ou mesmo com as populações e comunidades que seriam afetadas, gerando restrições quanto aos modos de vidas locais, logo não zelaram pela diversidade sociocultural associada ao território.

Há casos de território quilombola em Unidades de Conservação, gerando conflitos e limitações quanto ao seu uso comum pelas comunidades, trazendo não só a incerteza sobre o território, como dificuldades ao processo de regularização fundiária e de reconhecimento do território dos remanescentes de quilombo, segundo Farias Junior (2010). A título de exemplo, podemos citar as seguintes UCs: o Parque Nacional do Jaú (PARNA JAÚ), a Reserva Biológica do Rio Trombetas, ambas de proteção integral, conformidade com Farias Junior (2010), e a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, de uso sustentável.

Creado e Ferreira (2011) consideram que a Lei do SNUC é um caleidoscópio entre posições acordadas, centradas na biodiversidade e as centradas da defesa dos povos afetados direta ou indiretamente por Ucs. Contudo os acordos não foram suficientes para encerrar os embates no contexto social de criação das Unidades de Conservação e a sobreposição de territórios com os remanescentes de quilombos. Já para Santilli (2005, p 73), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza é socioambiental, a medida que privilegia a interface entre biodiversidade e sociodiversidade, atravessada pelo multiculturalismo e pela pluriethnicidade.

É possível identificar todo um leque jurídico capaz de assegurar o direito dos remanescentes de quilombos, previstos tanto em âmbito nacional, quanto internacional. E esses direitos advieram do deslocamento das bases

jurídicas, desencadeando um perfil plural e multicultural da Carta Cidadã de 1988 e das legislações infraconstitucionais existentes no Brasil, especialmente as que tratam sobre o território de povos e comunidades tradicionais e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Os princípios socioambientais da diversidade sociocultural, da biodiversidade e de reconhecimento das diferenças estão impregnados nesses direitos.

Embora, as diversas situações jurídicas, as quais se encontram os territórios de remanescentes de quilombos, como de territórios quilombolas sobrepostos a UCs, estão possibilitando o questionamento desse viés pluralista e multicultural. Até que ponto, esse corpo jurídico é de fato multicultural emancipatório, inclusive enquanto direitos humanos de resistência, diante da lógica hegemônica do direito e dos próprios direitos humanos?

4 À guisa de conclusão

Os debates sobre reconhecimento das diferenças e direitos às diferenças provocaram mudanças paradigmáticas sobre os Direitos Humanos, arbitrando nuances de luzes e sombras diante dos novos desafios e tensões sobre o século XXI. O desafio diz respeito da possibilidade de construir uma versão emancipatória dos Direitos Humanos, e a tensão se refere à crítica ao projeto da modernidade sob a condição de relativizar o fundacional eurocêntrico, que foi transformado em universal global, conforme Santos (2013).

A tradução emancipatória ou de resistência dos Direitos Humanos deve sinalizar para o reconhecimento da heterogeneidade sociocultural de sujeitos ou coletividades, deve celebrar essa diversidade, a alteridade, a possibilidade de “outrar-se”, de perceber visões, interpretações e outras lógicas de criar, fazer e viver. Santos (2013) entende esse caminho útil para a construção do multiculturalismo emancipatório, de versões plurais e contra-hemônicas dos Direitos Humanos, voltado para os direitos às diferenças.

É possível a construção contra-hegemônica dos direitos humanos a partir dos seguintes passos: a) a luta contra o autoritarismo latente no interior de alguns regimes democráticos; b) representatividades políticas de grupos considerados minorias sociais; c) contra a inércia do pensamento crítico; d) o trabalho político dos movimentos sociais, que lutam por uma sociedade justa e digna; e e) o trabalho teórico para apontar alternativas e solapar os consensos (SANTOS, 2013). Além disso, os Direitos Humanos devem engrandecer as concepções que impulsionam o florescimento das potencialidades humanas, e que favoreça a convivência interpessoal e intercultural, repelindo os essencialismos universalistas e particularistas (FLORES, 2009).

Em caráter preliminar, é possível afirmar que o socioambientalismo,

que representou um movimento político e social, com fins de influenciar na criação de leis e políticas públicas capazes de englobar e considerar os conhecimentos e as formas de vidas das populações da floresta e comunidades locais (SANTILLI, 2005), é uma via de construção de um país reconhecedor da diversidade sociocultural, relacionando com a necessidade de preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

As acepções socioambientais repercutiram na elaboração da Carta Magna de 1988 e de leis infraconstitucionais, as quais foram capazes de reconhecer a diversidade social e cultural do Brasil, assegurando os direitos dos povos e comunidades tradicionais, especialmente dos remanescentes de quilombos. Verifica-se que o socioambientalismo influenciou a ampliação das possibilidades de compreender o Brasil enquanto plural, espalhando na CF de 88 concepções multiculturais em suas versões emancipatórias, abrindo caminhos para o reconhecimento das diferenças e do direito à diferença, ao menos no plano jurídico-político.

É possível identificar todo um leque jurídico capaz de assegurar o direito dos remanescentes de quilombos, previstos tanto em âmbito nacional, quanto internacional. E esses direitos advieram do deslocamento das bases jurídicas, desencadeando um perfil plural e multicultural da Carta Cidadã de 1988 e das legislações infraconstitucionais existentes no Brasil, especialmente as que tratam sobre o território de povos e comunidades tradicionais e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Os princípios socioambientais da diversidade sociocultural, da biodiversidade e de reconhecimento das diferenças estão impregnados nesses direitos.

Podemos apontar parciais conclusões de que o reconhecimento das diferenças e o direito às diferenças se encontram espalhados no leque jurídico voltados aos remanescentes das comunidades de quilombos, no entanto, hoje há territórios de quilombos em diferentes situações no campo jurídico, como das sobrepostas com territórios federais de Unidades de Conservação, um contexto emblemático dos direitos territoriais e dos direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ambos situados na linguagem dos Direitos Humanos multicultural de resistência.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombolas e novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais. In: *Boletim Informativo do NUER*, Florianópolis, v. 2, n. 2, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed., Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BITTAR, Eduardo C. B. Reconhecimento e direito à diferença: teoria crítica, diversidade e a cultura dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito da USP, São Paulo*, v. 104. p. 551-565. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67869/70477>>. Acesso: em 14 abr. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao/compilado.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. *Decreto n.º 4887, de 20 de novembro de 2003*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. *Decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. *Decreto n.º 3.321, de 31 de dezembro de 1999*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3321-31-dezembro-1999-370144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 13.123 de maio de 2015*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 9.985 de julho de 2000*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 24 jul.18.

BRASIL. *Decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CAMPOS, Bárbara Pinowsca Cardoso. MUCHAGATA, Márcia. Direitos Humanos e Meio Ambiente: avanços e contradições do modelo de desenvolvimento sustentável brasileiro e a agenda internacional. *In: TRINDADE, Antônio Augus-*

to Caçado; LEAL, César (Orgs.). Direitos humanos e meio-ambiente. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 29-51.

CREADO, Eliana S. J. et al. O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. *Anais do Seminário Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais*. Vitória (UFES), v. 1, n. 1. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1514>>. Acesso em: 31 jul.18.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 2001. Disponível em <www.hucitec.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2018.

DUPRAT, Débora. O Direito sobre o marco da plurietnicidade/multiculturalidade. In: DUPRAT, D. (Org.). *Pareceres jurídicos: direito dos povos e comunidades tradicionais*. Manaus: UEA. 2007. p. 9-19.

DUPRAT, Débora. Territórios tradicionais e os direitos produzidos pelos Estados nacionais. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa / LACED / Associação Brasileira de Antropologia. 2012. p. 391-394.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. Unidades de conservação, mineração e concessão florestal: os interesses empresariais e a intrusão de territórios quilombolas no rio Trombetas. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Orgs.) *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: UEA Edições, 2010.

FIGUEREDO, Leandro Mitidieri. Remanescentes de quilombos, índios. meio ambiente e segurança nacional: ponderação de interesses constitucionais. In BRASIL. *INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas: algumas experiências*. Brasília: MDA-INCRA. 2006.

FLORES, Joaquín Herrera. *A Reinvenção dos direitos humanos*. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GARGARELLA, Roberto. Constitucionalismo latino-americano: a necessidade prioritária de uma reforma política. In: RIBAS, Luiz Otávio (Org.). *Constituinte exclusiva: um outro sistema político é possível*. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2014.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LOPES DE SOUZA, André Luiz. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma reflexão crítica. *Papers do NAEA*, Belém, n. 45, p. 1-42, ago. 1994.

LUÑO, Antonio E. Perez. *Derechos humanos, estado de derecho y constitución*. 5. ed., Madrid: Editorial Tecnos, 1995, p. 48.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Série Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v. 3). p. 71-105.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Revista Iberoamericana América Latina – España - Portugal*. v.11, n. 42, p. 111-126. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18441/ibam.11.2011.42.111-126>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção*. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Orgs.) *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 41-49.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção*. In: SOUZA, E. Penha de; NUNES, G. H. L.; MELO, W. Ferreira de (Orgs.). Pelotas: Editora UFPel, 2016. p. 45-54.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Opinião Consultiva n. 23/ 2017: meio ambiente e direitos humanos*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho*. - Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/convencao%20169%20portugues_web_292.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. 1. ed., Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à di-*

versidade biológica e ambiental. São Paulo: Peirópolis, 2005. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/5ae0c782ad69c77da266160cb-4cfb676.pdf>>. Acesso em: 4. set. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa - Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

SOLAZZI, José Luís. WOLKMER, Antônio Carlos. Interpretação constitucional, pluralismo jurídico e a questão quilombola: uma abordagem descolonial e intercultural do Decreto nº 4.887/2003 e da ADI 3239. In: WOLKMER, A. C.; SOUZA FILHO, F. Marés de.; TARREGA, M. C. V. B. (Coords.). *Os direitos territoriais quilombolas: além do marco territorial*. Goiânia: Ed. da PUC-Goiás, 2016.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *Direito à diferença*. In LIMA, Antonio Cardoso de Souza. *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/Associação Brasileira de Antropologia. 2012. p. 202-211.

TRECCANI, Girolamo. Os diferentes caminhos para o resgate dos territórios quilombolas. In: NUER. *Territórios quilombolas reconhecimento e titulação das terras*. *Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, NUER/ UFSC, 2005.

TRECCANI, Girolamo. *Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação*. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

Recebido em: 20 de setembro de 2019.

Aprovado em: 16 de novembro de 2019.